

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.144 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2000



ALUNO DA REDE PÚBLICA PODERÁ TER RESERVA DE VAGA EM UNIVERSIDADES

Antero de Barros é autor do projeto enviado à Câmara dos Deputados

PÁGINA 2



ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO IR É PROPOSTA POR HARTUNG

Hartung: contra a "pressão tributária" sobre o contribuinte

PÁGINA 3



SOUTO PRETENDE ALTERAR PROJETO SOBRE AS DÍVIDAS DOS ESTADOS

Para Souto, estados com contas em ordem merecem tratamento diferente

PÁGINA 8

Chega ao Congresso proposta de reformulação do Código Penal

Expectativa do governo, manifestada pelo ministro da Justiça ao presidente do Senado, é que sejam votadas até o final deste ano as mudanças sugeridas por uma comissão de 11 juristas, presidida por Miguel Reale Júnior



Ao entregar a proposta a Antonio Carlos, José Gregori (E) afirmou que a alteração tornará a lei penal mais ágil e eficaz

O ministro da Justiça, José Gregori, entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a proposta do governo para mudar a parte geral do Código Penal. "O projeto introduz mudanças importantes, tornando a legislação penal mais ágil e sobretudo mais eficaz", disse Gregori.

PÁGINA 3

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

Proposta encaminhada pelo governo reformula o sistema de penas

- Elimina o regime aberto
- Modifica o semi-aberto
- Revoga o instituto do *suris*
- Aumenta exigências para liberdade condicional
- Abole a substituição da pena de prisão em multa
- Maior possibilidade de fixação de penas alternativas

SENADORES DEBATEM EM PLENÁRIO AS REGRAS DE CONDUTA DO EXECUTIVO

O Código de Conduta da Alta Administração Federal, anunciado pelo presidente da República, foi comentado ontem em Plenário pelos senadores José Roberto Arruda, Bernardo Cabral, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara e Heloísa Helena. O senador Antonio Carlos Magalhães defende a extensão das regras ao Legislativo e ao Judiciário.

PÁGINAS 4 E 5

Presidente do TRT-SP depõe e afirma que governo é que deve decidir destino de obra

PÁGINAS 6 E 7

Funcionário do TRT, o atual presidente e ex-presidentes falam na subcomissão, presidida por Renan Calheiros e que tem como relator José Jorge



Antero defende reserva de vagas para os alunos de escolas públicas

Parlamentar diz que a sua proposta de destinar a tais estudantes 50% das vagas das universidades dá aos pobres chances que eles hoje não têm

Metade das vagas oferecidas pelas universidades públicas poderá ser reservada aos estudantes que cursaram o primeiro e o segundo graus em escolas públicas. Este é o teor de projeto de lei apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), já aprovado pelo Plenário do Senado e atualmente em exame na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Em defesa de sua proposta, Antero de Barros argumentou, em entrevista à Rádio Senado, que os alunos de famílias mais humildes não têm igualdade de condições na disputa por uma vaga na universidade pública com estudantes de famílias mais abastadas.

Dado o alto custo das universidades privadas, acrescentou, as portas do ensino superior são praticamente fechadas a estudantes de menor poder aquisitivo.

Na opinião do senador, “é preciso acabar com o preconceito que existe na sociedade brasileira de que filho de carpinteiro deve ser carpinteiro, e filho de doutor, doutor”.

– Que o filho do doutor seja doutor, ótimo. Ninguém tem absolutamente nada contra isso. Que o filho do carpinteiro possa ser capinteiro, ninguém também tem nada contra isso. Mas o filho de carpinteiro também tem que ter a chance de ser doutor – pensa o senador.



O projeto de Antero, já aprovado pelo Senado, está em tramitação na Câmara

Osmar propõe novas regras para o seguro obrigatório

Aguarda apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que modifica as regras relativas ao seguro obrigatório de veículos automotores. Antes de apreciá-lo, a comissão pretende realizar debates públicos sobre o assunto. A taxa é paga todos os anos pelos proprietários de veículos e serve para pagar seguro de vida e despesas com acidentes de trânsito.

No entanto, de acordo com o senador, de todo o dinheiro arrecadado, 45% são destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para assistência médico-hospitalar das vítimas do trânsito, e 5% vão para a prevenção de acidentes. Dos outros 50%, acrescenta Osmar Dias, apenas uma pequena parcela é usada na indenização de acidentados.

O senador lembra que, no ano passado, a arrecadação total do seguro foi de R\$ 1,15 bilhão, mas



Osmar Dias quer obrigar as seguradoras a esclarecerem a população sobre seus direitos

apenas R\$ 250 milhões foram usados na indenização dos segurados. Os R\$ 800 milhões restantes foram para o SUS e para três entidades privadas: a Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg), o Sindicato dos Corretores de Seguros e a Associação de Diretores do Detran. Para Osmar

Dias, esses recursos estão sendo mal empregados.

– O dinheiro do contribuinte está sendo usado para pagar mordomia de alguns diretores dessas entidades, que, aliás, se aproveitam muito disso. A própria Fenaseg, ao prestar contas da aplicação do dinheiro, mostrou que R\$ 109 milhões no ano passado foram direcionados para despesas administrativas da federação, o que é um absurdo – atacou o parlamentar.

O projeto determina que as seguradoras esclareçam à população sobre seus direitos, que, a seu ver, não têm sido devidamente reclamados.

– Isto é necessário para que todos os cidadãos possam conhecer plenamente os direitos que têm diante desse seguro obrigatório. Porque muitos desconhecem e acabam sendo prejudicados pela ignorância – completou o senador Osmar Dias.

Microempresas poderão obter acesso aos juizados de pequenas causas

Foi encaminhado à Mesa do Senado Federal parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) favorável a projeto da Câmara que permite o acesso de microempresas a juizados de pequenas causas (juizados especiais cíveis). O parecer será lido em Plenário, para posterior votação pelos senadores.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria recebeu emendas e uma delas excluiu condomínios e entidades beneficentes e assistenciais da relação dos novos beneficiados.

O relator da matéria na CCJ, senador Amir Lando (PMDB-RO), considerou a alteração necessária por entender que estender a essas instituições o atendimento pelos juizados de pequenas causas sobrecarregaria esses órgãos. Nesse caso, argumenta ele, seria prejudicada a prestação de serviços ao cidadão comum que necessita de rapidez na ação da Justiça.

Segundo o senador, a grande demanda pelos serviços desse tipo de juizado, que atende atualmente apenas pessoas físicas, tem sido um entrave para as metas de agilidade. Lando justifica a inclusão da microempresa como forma de apoio do Estado aos pequenos empreendedores.

– Em nenhum momento a autoridade pública deve adotar conduta que desampare o microempresário, haja vista ser ele o responsável direto por considerável parte da oferta de empregos no país – afirmou o senador Amir Lando.

Cabe aos juizados especiais, segundo a Constituição federal, a tarefa de julgar causas cíveis e penais de menor complexidade. Eles podem utilizar instrumentos jurídicos como o rito sumário, que garantem rapidez na prestação jurisdicional.



Lando é contra estender a medida aos condomínios e entidades assistenciais

Brasil 500



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

10h – Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianotto, José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrossani e Wagner Antônio Pimenta. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

14h30 – Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.035-23, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Perdidos no espaço*, de Stephen Hopkins. Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Gregori entrega a ACM projeto de reforma do Código Penal

Ministro da Justiça afirma que a expectativa do governo é ver a proposta aprovada ainda este ano. Segundo ele, o texto “introduz mudanças importantes, tornando a lei mais ágil e sobretudo mais eficaz”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem das mãos do ministro da Justiça, José Gregori, a proposta do governo para mudar a parte geral do Código Penal. À saída do encontro, o ministro afirmou que o senador manifestou grande interesse pelo projeto e apoiou a modernização da legislação. “O projeto introduz mudanças importantes, tornando a lei penal mais ágil e sobretudo mais eficaz”, destacou Gregori.

De acordo com o ministro da Justiça, a expectativa do governo é contar “com o apoio do Senado e da Câmara para tentar votar e aprovar as mudanças no Código Penal até o final deste ano”. Gregori também apresentou ao senador Antonio Carlos Magalhães um primeiro balanço do Plano Nacional de Segurança Pública e pediu

comentários do presidente do Senado a respeito da evolução dessas medidas.

Uma das preocupações do plano, que o ministro transmitiu a Antonio Carlos, refere-se ao entrosamento entre as polícias Civil e Militar. “E dessas com as polícias Federal e Rodoviária Federal, de modo que a população veja mais polícia nas ruas, que é o que ela quer”, explicou. Como exemplo desse entrosamento, o ministro apontou as “megablitz que estão sendo realizadas”.

— Já fizemos três grandes operações e continuaremos fazendo outras. Até o final do ano faremos uma megablitz efetivamente nacional, em todas as rodovias federais, nas rodovias estaduais e nas principais vias das maiores capitais e cidades brasileiras, no mesmo dia — anunciou o ministro.



Gregori disse ter recebido apoio de Antonio Carlos para modernizar a legislação

Objetivo é conter a violência

O projeto de reforma do Código Penal que o Executivo encaminhou ontem ao Congresso é resultado dos clamores da sociedade ante a escalada da violência. A própria exposição de motivos que acompanha o projeto admite isso, mas deixa clara a tentativa de aprovar uma legislação penal que garanta a “segurança exigida pela cidadania e a dignidade de todos os personagens do processo criminal reclamada pela civilização e pelas leis”.

— Discursos penais menos comprometidos com o Estado de direito proliferaram com o agravamento dos problemas sociais, esquecendo-se da lição clássica, segundo a qual a melhor política criminal ainda é uma boa política social — salienta o texto enviado pelo Palácio do Planalto. A exposição de motivos, assinada pelo ministro da Justiça, José Gregori, sustenta que a reforma segue os parâmetros ditados pela última reforma, de 1984, e pela Constituição de 1988.

As principais mudanças são a reformulação do sistema de penas, eliminando o regime aberto e modifi-

cando o semi-aberto, a partir da imposição de condições mais rígidas para sua concessão; e o aumento, para metade do cumprimento da pena, do tempo necessário para o livramento condicional. Além disso, o governo propõe a revogação do instituto do *sursis* (suspensão condicional da pena) e da substituição da pena de prisão em multa. Outra inovação é o maior destaque dado à possibilidade de fixação de penas alternativas (restritivas de direitos e de serviços comunitários) como forma de diminuir a atual superpopulação carcerária.

As alterações propostas fixam-se apenas na Parte Geral do Código Penal, ou seja, não se referem à definição dos crimes, apenas às teorias do delito e à aplicação das penas. Sobre o tema, tramitam no Congresso 18 projetos de lei — nove de autoria de senadores, que alteram não somente o Código Penal, mas também a Lei de Execuções Penais, o Código de Processo Penal, a legislação dos tribunais de pequenas causas e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Paulo Hartung propõe atualização das tabelas do Imposto de Renda

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei corrigindo em 28,4%, no ano calendário de 2000, os valores das tabelas progressivas mensal e anual do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, bem como os das deduções permitidas pela legislação. O índice de 1,284059 foi calculado pela variação da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), desde janeiro de 1996, quando essas tabelas e deduções foram estagnadas, “resultando em acréscimo da pressão tributária sobre os contribuintes”, diz a justificativa do projeto.

Segundo Hartung, a aplicação do índice no ano de 2000 resultará numa isenção de desconto na fonte para assalariados recebendo até R\$ 1.155,65, ao invés dos atuais R\$ 900,00. Para salários até R\$ 2.311,31, o desconto seria de 15%, passando a 27,5%, acima desse valor. Paralelamente, na declaração anual, a isenção subiria para R\$ 13.867,80, ao invés dos atuais R\$ 10.800,00.



Para Hartung, o governo está se valendo de uma “tributação disfarçada”

O senador pelo Espírito Santo argumentou que, ao manter inalterados os valores das tabelas destinadas ao cálculo da incidência mensal e desconto na fonte, bem como às deduções permitidas na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, o governo está se valendo de uma tributação disfarçada equivalente à desatualização monetária ou perda do poder aquisitivo ocorrida

no período.

Na justificativa do projeto, Hartung lembrou que a Administração Tributária vem reajustando os débitos fiscais em Ufir mensalmente, e depois semestralmente, no ano calendário de 1996. A partir de 1997, os débitos passaram a ser reajustados anualmente pelo mesmo índice. Em contrapartida, os valores expressos em reais na legislação do IR de pessoas físicas estagnaram-se a partir de janeiro de 1996.

— Desses fatos advém injusta e ilegítima distorção na incidência do IR, com efeitos regressivos sobre os contribuintes de menores rendimentos. Não somente o imposto aumentou para os que pularam de uma faixa para outra, como também para os que permaneceram na mesma faixa, sendo percentualmente maior para os contribuintes de menor renda, em total desrespeito à filosofia de progressividade do imposto — concluiu Hartung.

TABELA PROGRESSIVA MENSAL DO IRPF

BASE DE CÁLCULO (R\$)		ALÍQUOTA		PARCELA A DEDUZIR	
ATUAL	PELO PROJETO	ATUAL	PELO PROJETO	ATUAL	PELO PROJETO
até 900,00	até 1.155,65	—	—	—	—
Acima de 900,00 até 1.800,00	Acima de 1.155,65 até 2.311,31	15%	15%	R\$ 135,00	R\$ 173,35
Acima de 1.800,00	Acima de 2.311,31	27,5%	27,5%	R\$ 360,00	R\$ 462,26

Antonio Carlos recebe prefeito de Curitiba

O prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, visitou na manhã de ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto). Foi uma “visita de cortesia”, segundo o prefeito, que trocou impressões com o senador a respeito das futuras eleições municipais.

Taniguchi, do PFL, é candidato à reeleição. No encontro, ele também solicitou a Antonio Carlos Magalhães apoio para pedidos de liberação de verbas federais para a prefeitura de Curitiba e



explicou as prioridades que tem em relação a emendas de parlamentares apresentadas ao Orçamento Geral da União.

Arruda afirma que código de ética muda relação entre população e poder público

Para o senador, ao anunciar o código e as demais medidas moralizadoras, o governo federal faz autocrítica e acena com “uma mudança cultural imprescindível e aclamada por toda a sociedade”

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem que as medidas de controle e moralização da administração pública federal, anunciadas pelo presidente da República, sinalizam a criação de um novo modelo de convivência entre poder público e sociedade.

— Mais do que uma mudança comportamental, o código de ética sinaliza para uma mudança cultural imprescindível e aclamada por toda a sociedade — acrescentou o parlamentar.

Para José Roberto Arruda, o governo federal “teve a humildade de fazer uma autocrítica”, de reconhecer que seus sistemas de controle interno são frágeis e de alertar os poderes Judiciário e Legislativo para a necessidade de fortalecer controles que evitem o desvio de recursos públicos.

A cobertura dos principais jornais ao anúncio do governo, na opinião do senador, mostraria que, “num momento em que o próprio presidente vai a público defender um código de conduta para a administração pública e convocar a sociedade para dar sua contribuição, a democracia re-

presentativa passa a conviver com a democracia participativa”.

Conforme o senador Arruda, “poucas vezes a vida pública nacional assistiu à afirmação de um consenso tão significativo como o que reuniu parlamentares do governo, da oposição e os mais importantes colonistas do jornalismo brasileiro” em torno de uma questão como ocorreu em relação ao anúncio feito pelo governo segunda-feira.

Segundo o líder do governo, “só o exercício continuado da democracia, as virtudes das liberdades de imprensa, de expressão e de crítica da sociedade permitem que vícios éticos e culturais seculares possam ser ultrapassados”.

— O Brasil corrige seus próprios equívocos à medida que tem coragem de discuti-los publicamente. É importante que o novo código de comportamento ético não se restrinja à esfera federal, abrangendo também estados e municípios, mesmo porque ele traduz, a seu ver, o anseio da sociedade, que deseja mudança de comportamento, rigor, compromisso ético e transparência na administração pública — observou.



José Roberto Arruda espera que as novas regras sejam estendidas às esferas estadual e municipal

Cabral elogia proposta de punição dos corruptores feita por ACM

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) declarou apoio à sugestão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que seja considerada inidônea e fique impedida de fechar contrato com o governo, por dez anos, a pessoa física ou jurídica que tentar corromper funcionários públicos.

“Até que enfim vamos dar um basta no assalto ao erário”, afirmou Cabral. Ele acredita que a sugestão complementa as medidas anunciadas pelo governo e “será seguida por toda a Casa, que não tem por que ocultar atos de corrupção”. O senador ressaltou que a proposta não se restringe à corrupção efetivada, punindo até mesmo a tentativa de corrupção. A medida vai impedir, na opinião dele, que pessoas de má fé consigam realizar negociações com órgãos públicos.



Cabral: “Vamos dar um basta no assalto ao erário”

Antonio Carlos apóia extensão das medidas ao Legislativo e ao Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a idéia de estender ao Legislativo e ao Judiciário o código de ética adotado pelo Executivo. Salientando que a opinião é compartilhada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Antonio Carlos previu uma ação conjunta dos três Poderes.

— Pode ser o mesmo código de ética, adaptado ao Congresso e ao Judiciário — afirmou.

O senador evitou comentar a manifestação do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que teria feito críticas ao modelo adotado por Fernando Henrique. “O presidente da República é que é o juiz, eu não posso ser juiz do ministro”, disse. No entanto, ressaltou, se o código de ética já estivesse em vigor, Bezerra não poderia mais ser ministro, pois o texto proíbe a manifestação pública de divergências nos altos escalões do governo.

O senador não concorda com as alegações de que a adoção do código de ética foi tardia.

— O governo agiu certo. Toda hora é hora. Era preciso tomar providências em face de fatos concretos que vêm acontecendo. Foi o que o governo fez. Mesmo que já devesse ter feito antes, não é para criticar, é para se louvar — afirmou.

O corte de verbas para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União mereceu também a aprovação do senador. Ele distinguiu, porém, as questões puramente “formais”, que não seriam suficientes para impedir o prosseguimento de uma obra, das “irregularidades morais”. E assegurou que nas obras de seu estado não há irregularidades do segundo tipo.

— Na Bahia, jamais. O governo da Bahia há oito, nove anos, só age certo, e por isso é o estado mais equilibrado da Federação — garantiu.

Moreira suspeita de desvio de verbas federais em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse ontem, em pronunciamento no Plenário, que um total de R\$ 1,5 milhão — sob gestão do Ministério dos Transportes e destinado a obras de conservação da BR-429 — está sendo encaminhado a empresa de Ji-Paraná “nada mais nada menos do que pelo ex-governador Waldir Raupp, o mesmo que, na sua gestão, desviou recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e está com pendências no Tribunal de Contas da União (TCU)”.

Conforme o parlamentar, “corre à boca pequena no estado” que os recursos não irão para a rodovia, “mas para financiar campanhas de prefeitos e vereadores a ele ligados”.

Moreira Mendes acredita que os seguidos fechamentos de rodovias de Rondônia pelos usuários devem ser atribuídos à “prática detestável” de liberação de recursos orçamentários em atendimento a interesses políticos. Isso ocorre, afirmou ele, porque muitas das empreiteiras escolhidas para tocar as obras funcionariam como ponte para a concretização daqueles interesses. Como exemplo, ele citou a empresa Planurb, “ligada a um político do Nordeste e ao ex-governador Waldir Raupp”, que estaria fazendo *lobby* junto ao Ministério dos Transportes e ao DNER por mais verbas, contratos e aditivos para a empresa.

O senador também agradeceu ao ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, pela assinatura de portaria que criou dois novos distritos rodoviários do DNER, o 22º, para a jurisdição de Rondônia e Acre, e o 23º, para o Tocantins. A medida, segundo Moreira Mendes, foi reivindicada por ele e pelo senador Tião Viana (PT-AC) ao ministro.



Moreira Mendes aplaudiu a criação de dois novos distritos rodoviários do DNER

Para Romero Jucá, TCU deve tornar indisponíveis bens de gestor corrupto

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a criação de mecanismos que garantam a retomada pelo Estado do dinheiro desviado por atos de corrupção e de gestão ilegítima ou antieconômica. Para o senador, o primeiro passo para combater seriamente a corrup-



Para Jucá, a medida facilitaria a retomada do dinheiro desviado

ção é dotar o Tribunal de Contas da União (TCU) de melhor estrutura e mais poderes institucionais.

Para isso, Romero Jucá defendeu a aprovação de seu projeto de lei que permite ao TCU decretar a indisponibilidade de bens dos responsáveis por “dinheiros, bens ou valores públicos”, quando houver indícios de que um suspeito de corrupção não possui condições de ressarcir os cofres públicos dos danos sob investigação.

De acordo com o projeto, que

deverá entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a indisponibilidade não priva o proprietário de seus bens, mas apenas impede, pelo prazo de um ano, a sua venda ou oneração, até o fim do processo de apuração.

A indisponibilidade dos bens poderá ser decretada por ofício ou a requerimento do Ministério Público junto ao TCU. Segundo o projeto de Jucá, não estão sujeitos à indisponibilidade os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis.

O projeto estabelece ainda que o TCU, mediante resolução e considerando a relação custo-benefício, fixará o valor mínimo do débito estipulado, a partir do qual poderá ser decretada a indisponibilidade.

Suplicy cobra transformação das normas de conduta em lei

O senador lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha demorado cinco anos para propor o regulamento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem que o Código de Conduta da Alta Administração Federal, anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, seja enviado como mensagem ao Congresso para ser transformado em lei. O senador estranhou o fato de o governo não ter se antecipado para que a medida interna se tornasse lei efetiva. "Será que o governo realmente deseja implementar tal norma?", questionou.

O parlamentar lamentou que só após cinco anos de governo e vários escândalos envolvendo servidores públicos do alto escalão, o presidente da República tenha tido a iniciativa de editar uma série de medidas com o objetivo de estabelecer limites

para a gestão fiscal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O parlamentar lembrou que Fernando Henrique, quando tomou posse, recebeu do ex-presidente Itamar Franco levantamento detalhado de vários casos de desvio de recursos públicos, consubstanciados no Livro Branco da Corrupção.

Suplicy disse também que o ex-presidente deixou preparado decreto estabelecendo um código de ética e a formação de comissão com o objetivo de averiguar as denúncias de irregularidades na condução de obras públicas.

— O que fez Fernando Henrique? Até onde se tem conhecimento, ele extinguiu a comissão, enviou os documentos que deram origem ao Livro Branco para serem reestudados no Ministério da Justiça e esqueceu o decreto do código de ética. Por que só agora, às vésperas das eleições municipais, o governo oferece para a sociedade uma norma de eficácia tão restrita? — indagou o senador.

Suplicy observou que as penalidades previstas pelo Código de Conduta — advertência e censura ética — são "brandas demais". Ele sugeriu a inclusão de penas alternativas para casos mais graves que envolvam servidores do alto escalão. Na verdade, disse o senador, "o Código de Conduta constitui parte do que é a Lei de Improbidade Administrativa".



Segundo Suplicy, o código de ética prevê penalidades "brandas"

Para senadora, o anúncio de medidas foi demagogia

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) comentou ontem o Código de Conduta da Alta Administração apresentado segunda-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A parlamentar qualificou o anúncio de demagógico, salientando que não falta legislação

para tipificar e estabelecer punições para crimes de corrupção cometidos na administração pública. Segundo disse, o Código Penal já enquadrava todos os delitos, e a quarentena, imposta pelo código aos ocupantes de cargos públicos, já havia sido discutida no Congresso Nacional quando foram criadas as agências reguladoras, disse.



Heloísa: "Não falta legislação para crimes na administração pública"

— Mais uma vez o governo, porque não respeita o Congresso Nacional, diz com toda a ostentação que a roubalheira ocorreu durante oito anos sob os olhos dos Três Poderes da República. Também diz que o código de ética não foi adotado antes por falta de tempo e de oportunidade — afirmou.

A senadora repudiou ainda declaração do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que chamou de "besteiral, baboseira e desserviço ao país" a iniciativa do Partido dos Trabalhadores e de outras entidades civis de propor a realização de plebiscito sobre o pagamento ou não da dívida externa brasileira.



Para Lúcio Alcântara, a punição é mais importante que a criação de novas leis

Alcântara defende fim da impunidade no serviço público

Ao aplaudir as medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para fiscalizar melhor o emprego dos recursos públicos, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que garantir a punição exemplar dos culpados nos casos de improbidade, após "cabal investigação dos fatos", é mais importante do que elaborar novas leis.

O parlamentar lembrou que já existe no país um conjunto de leis disciplinando as condutas dos servidores e autoridades que lidam com recursos públicos. Ainda assim, disse, os desvios de verbas públicas se repetem e já caracterizam a administração pública brasileira. "Acredito que isso acontece porque ninguém acaba punido. Somente com punições pesadas será possível desestimular, e até coibir, esses abusos."

Para Alcântara, o país precisa tirar lições do escândalo da obra superfaturada do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Além de reorganizar o Tribunal de Contas da União (TCU), defendeu, é preciso estimular a sociedade a participar da fiscalização e do controle das contas públicas. Segundo disse, isso ocorrerá somente se houver punição efetiva dos culpados.

Alcântara apontou algumas características do Poder Judiciário que contribuiriam para a impunidade no Brasil. Seria o caso, disse, da morosidade dos tribunais, do excesso de leis e da possibilidade de serem impetrados infundáveis recursos.

Heloísa reivindica mais recursos para estados atingidos por enchentes

Os R\$ 37 milhões liberados pelo governo federal para os estados de Pernambuco e Alagoas, atingidos por enchentes, foram considerados "mediocres" pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). A parlamentar lamentou que o governo não tenha levado em consideração o relatório final, de autoria do senador Clodoaldo Torres (PTB-PE), da comissão temporária do Senado criada para garantir a agilidade das medidas governamentais no auxílio aos estados atingidos.

A comissão sugeriu, explicou Heloísa Helena, que fosse suspenso o pagamento das dívidas deste ano dos dois estados nordestinos. Também propôs a destinação de recursos emergenciais por meio de medida provisória ou a utilização de verbas já disponíveis em ministérios para as duas regiões. Heloísa disse que os recursos seriam usados para minimizar o impacto das cheias nas rodovias, nos sistemas edu-

cacional e de saúde e no abastecimento de água e energia, além da reconstrução de moradias. Cerca de 180 mil pessoas ficaram desabrigadas nos dois estados.

Heloísa Helena destacou ainda que os recursos enviados pelo governo ficaram muito aquém do que foi solicitado pelos estados atingidos. Alagoas pretendia R\$ 137 milhões; Pernambuco, R\$ 128 milhões. "Os dados sobre os prejuízos não foram levantados só pelos governos estaduais e municipais, mas tiveram participação de técnicos da Defesa Civil", destacou.

A comissão do Senado que visitou os locais atingidos foi criada a partir de requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE), que a presidiu. O vice-presidente do colegiado foi Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). Participaram também da comissão os senadores Clodoaldo Torres, Heloísa Helena, José Jorge (PFL-PE) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

CCJ examina projeto sobre concessão de justiça gratuita

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juízes envolvidos no julgamento de causas trabalhistas a possibilidade de conceder o benefício da justiça gratuita. A proposta muda a redação do parágrafo 9º do artigo 789 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante essa faculdade apenas aos presidentes dos tribunais do trabalho.

Baseada em projeto do ex-senador José Ignácio arquivado ao fim da última legislatura, a proposta de Alcântara pretende "dotar a Justiça trabalhista de instrumentos capazes de torná-la mais ágil". A matéria já recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Pedro Simon (PMDB-RS), que reconheceu o mérito da proposta, além dos aspectos de constitucionalidade e juridicidade. José Ignácio é hoje governador do Espírito Santo.

A gratuidade das custas processu-

ais nos dissídios individuais ou coletivos de trabalho seria assegurada àqueles que receberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal ou que provarem estado de miserabilidade. Na opinião de Simon, os juízes de primeira instância estão realmente mais aptos a avaliar as condições econômicas e sociais do empregado que pleiteia isenção de custas, já que, por acompanharem a instrução processual, têm maior conhecimento da situação das partes envolvidas na ação trabalhista.

Ainda segundo parecer da relatoria, a aprovação da proposta vai normatizar o atual quadro de informalidade na concessão do benefício, pois os presidentes das juntas já vêm avalizando a gratuidade por delegação expressa ou tácita dos tribunais. Outro aspecto positivo da medida é destacado por Simon: a possibilidade legal de concessão da justiça gratuita já na primeira instância, evitando assim "discussões estereis" a respeito da competência.

Destino do fórum cabe ao governo, afirma juiz

Segundo o presidente do TRT-SP, Floriano Vaz da Silva, a transferência do controle do prédio inacabado da Justiça trabalhista foi necessária, uma vez que o tribunal não tem como obter recursos para dar continuidade à obra

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Floriano Vaz da Silva, afirmou ontem à Subcomissão do Judiciário que cabe ao governo federal decidir o que fazer com a obra inacabada do fórum trabalhista da capital paulista. Após seis meses de negociações, relatou o juiz, o prédio foi transferido no início de julho pelo tribunal à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A decisão de devolver ao governo a obra inacabada foi tomada em janeiro pelo TRT, após ser constatada a impossibilidade de se incluírem no Orçamento da União para 2000 verbas necessárias à sua finalização. De acordo com o presidente do tribunal, apenas dois juízes votaram contra a devolução. "Uma vez constatado o fracasso das tentativas de se conseguirem recursos, pois a obra já estava estigmatizada, decidimos entregar à União a posse do prédio inacabado", afirmou Floriano.

O presidente do TRT disse que determinou, antes da instalação da CPI do Judiciário, no ano passado, a rescisão unilateral do contrato com a empresa Incal, vencedora da licitação para a construção do fórum. "O senhor Fábio Monteiro de Barros disse uma mentira deslavada à imprensa ao afirmar que a rescisão do contrato havia

ocorrido após uma visita do senador Antonio Carlos Magalhães à obra", informou.

O antecessor de Floriano na presidência do TRT, juiz Rubens Tavares Aidar, relatou que a construção do fórum trabalhista seguia um ritmo normal quando assumiu o posto, em setembro de 1994. Todos os pagamentos à construtora, recordou, eram feitos após vistoria das obras por um engenheiro contratado pelo tribunal. "Não havia problemas em relação ao orçamento ou à legalidade da construção", observou Aidar, em cuja gestão foram erguidos os 20 andares das duas torres do fórum.

A contratação do engenheiro Antônio Carlos da Gama e Silva, que efetuava as medições dos trabalhos, ocorreu após licitação promovida pelo TRT durante a gestão do juiz José Victório Moro. Durante seu depoimento à subcomissão, Moro disse que o tribunal não tinha condições práticas de acompanhar a construção, contratada pelo seu antecessor, Nicolau dos Santos Neto. Moro afirmou que a obra era vista com simpatia por juízes e advogados. "Ao deixar a presidência, Nicolau era visto como o grande herói da Justiça do Trabalho, por ter conseguido incluir no Orçamento da União verbas para a construção do fórum", relatou.

Relator mostra envolvimento de juízes e servidores na obra

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), divulgou ontem cópia de ofício assinado por juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, incluindo Rubens Tavares Aidar e Délvio Buffulin, mostrando que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto não concentrava totalmente em suas mãos a administração da obra do fórum trabalhista. Magistrados e funcionários do TRT têm procurado se isentar das irregularidades que culminaram no desvio de R\$ 169 milhões da obra. Mas no ofício, de 4 de novembro de 1997, solicitam da construtora Incal as plantas originais da construção.

— É um absurdo que até aquele momento, seis anos depois de iniciada a obra, essas plantas não tivessem sido entregues ao tribunal — disse José Jorge durante a reunião da subcomissão. O senador estranhou que o próprio tri-

bunal não tenha investigado o desvio de verbas.

José Jorge referiu-se especificamente às declarações do atual presidente do TRT, Floriano Vaz da Silva, que afirmou ser impossível "investigar e punir um colega" no Poder Judiciário. A sindicância interna sobre o desvio não foi realizada, segundo Floriano, porque, quando as irregularidades vieram a público, tanto a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário como a Justiça Federal já estavam investigando o caso.

Em resposta ao relator, o diretor administrativo do TRT, César Augusto Gilli, disse que até a saída de Nicolau da comissão de acompanhamento da obra, todos os aspectos relativos à construção do prédio eram centralizados na comissão, que funcionava no mesmo andar da Diretoria Administrativa. "Ninguém entrava ali", disse Gilli.

JOSÉ EDUARDO DUTRA PT-SE

Indagado pelo senador José Eduardo Dutra, o ex-presidente do TRT-SP Rubens Tavares Aidar negou ter levado o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto ao gabinete de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República. Seu secretário Renato Parente confirmou a afirmação. Eduardo Jorge dissera, em depoimento ao Senado, que Aidar levou Nicolau a seu gabinete, e que essa fora uma das poucas vezes em que se encontrou com o juiz, atualmente foragido.



Aidar disse também ter se encontrado, em uma ocasião, com o juiz Nicolau, que estava junto com Eduardo Jorge no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. A conversa, também rápida, girou em torno das audiências de conciliação realizadas pelo TRT. Aidar não soube situar no tempo os seus encontros com Eduardo Jorge. Ele negou também que tenha credenciado Nicolau como interlocutor do tribunal junto ao Planalto.

LÚCIO ALCÂNTARA PSDB-CE

Para o senador Lúcio Alcântara, é nítida a falta de controle administrativo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, uma vez que foram desviados R\$ 169 milhões da obra de construção do fórum trabalhista sem que o corpo de juízes e funcionários tivesse tomado providências para impedir as irregularidades.



Durante os depoimentos na Subcomissão do Judiciário, o senador relacionou as situações que possibilitariam o desvio das verbas destinadas ao tribunal. Segundo disse, pode ter havido superfaturamento na compra de material. Além disso, os serviços teriam sido pagos sem serem realizados.

Em resposta, o juiz José Vitorio Moro, que presidiu o TRT-SP de 1992 a 1994, classificou de frágil o controle interno do tribunal quanto à utilização das verbas destinadas à construção do prédio do fórum.

— O juiz Nicolau dos Santos Neto tinha poderes imperiais? Vocês não sabiam de nada? — questionou Alcântara. Segundo o atual presidente do tribunal, Floriano Vaz da Silva, havia "oposição" a Nicolau, mas era "subterrânea".

Alcântara indagou a Moro por que manteve Itagiba de Souza Toledo, colaborador próximo do ex-juiz Nicolau, no cargo de diretor-geral durante parte de sua gestão. Segundo Moro, não havia outra opção. Mais tarde, exonerou o diretor "por incompatibilidade".

ARTUR DA TÁVOLA PSDB-RJ

O juiz Floriano Vaz da Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, respondendo indagação do senador Artur da Távola, descartou a possibilidade de Nicolau dos Santos Neto ter participado sozinho do suposto desvio de recursos da obra do fórum trabalhista. Ele lembrou que o ex-juiz tinha um colaborador de sua estrita confiança, o diretor-geral do TRT-SP entre 1991 e 1993, Itagiba de Souza Toledo.



Ainda respondendo questionamentos de Artur da Távola, o juiz Floriano Vaz e dois ex-presidentes do tribunal, José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar, opinaram que, com base nas informações atualmente conhecidas sobre a construção do fórum, houve desvio dos recursos destinados para a obra. Os três juízes, além do diretor-administrativo do TRT-SP, César Augusto Gilli, prestaram depoimento ontem à Subcomissão Permanente do Judiciário.

AMIR LANDO PMDB-RO

O senador Amir Lando afirmou que a Subcomissão do Judiciário só poderá elucidar o caso do suposto desvio de recursos da obra do fórum trabalhista de São Paulo se for realizado rastreamento do percurso do dinheiro liberado para a construtora Incal. Ele acrescentou que a quebra de sigilo irá identificar eventuais beneficiários do caso.



Em resposta aos questionamentos do senador, o presidente do TRT de São Paulo, Floriano Vaz da Silva, e os ex-presidentes do tribunal José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar concordaram que o contrato para a construção do fórum é "no mínimo atípico". Disseram, entretanto, que só mais tarde tomaram conhecimento das particularidades do edital que licitou a obra.

Diferentemente do que o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge disse à subcomissão, José Victório Moro esclareceu a Amir Lando que a liberação de recursos do Orçamento da União para o Judiciário não é automática. Ele também negou que juízes classistas tenham poder de interferir no julgamento de dissídios coletivos que possam influenciar a economia do país, como justificou Eduardo Jorge, ao tentar explicar os frequentes contatos que manteve com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, que indicaria os classistas comprometidos com o Plano Real.

EDUARDO SUPLYCY PT-SP

O senador Eduardo Suplicy indagou ao ex-presidente do TRT-SP, Rubens Tavares Aidar, sobre o encontro que ele teve com o juiz Nicolau dos Santos Neto e o então secretário-geral da presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, no aeroporto de Congonhas (SP). O senador quis saber de algum detalhe que revelasse um grau mais acentuado de amizade entre Eduardo Jorge e Nicolau, atualmente foragido. Aidar limitou-se a dizer que percebeu que eles já se conheciam antes daquele encontro, que durou apenas alguns minutos. O juiz disse não se lembrar de detalhes, e nem do modo como eles se tratavam. Eduardo Suplicy perguntou ao presidente do TRT-SP, Floriano Vaz Pereira, sobre as medidas administrativas para sanar as dificuldades do tribunal em gerir seus recursos. Floriano respondeu que as medidas estão sendo normalmente implementadas.



PEDRO SIMON PMDB-RS

O senador Pedro Simon criticou a postura dos ex-presidentes do TRT-SP, que, para ele, foram evasivos em seus depoimentos e não falaram nada além do que estariam sendo obrigados a dizer. Simon considerou que Rubens Tavares Aidar, José Victório Moro e o atual presidente do TRT-SP, Floriano Vaz Pereira, preferiram não se expor, e podem ter omitido informações.

O senador gaúcho declarou que, a ser ver, o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge era uma peça necessária às articulações do juiz Nicolau dos Santos Neto, atualmente foragido, para liberar as verbas para o fórum. Ele criticou ainda a "inépcia do TRT", cuja falta de zelo pelos recursos públicos condenou, e classificou de inconcebível a ausência de uma fiscalização eficaz. O senador estranhou, especialmente, a indicação de apenas um engenheiro para aferir uma obra com milhares de metros quadrados.

Simon também cobrou maior rapidez ao presidente da subcomissão, Renan Calheiros (PMDB-AL) e ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para apreciar os requerimentos apresentados pelos senadores. Para Simon, se os requerimentos já tivessem sido acolhidos, a subcomissão poderia tomar outros rumos, mais efetivos.



Ex-presidente do TRT explica a Bello Parga quem pedia verbas

O senador Bello Parga (PFL-MA) obteve ontem explicação para o processo de liberação de verbas destinadas à construção do fórum trabalhista de São Paulo. Durante sessão de depoimentos da Subcomissão do Judiciário, que investiga o desvio de R\$ 169 milhões daquela obra, o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho José Victório Moro disse que era o presidente do TRT quem solicitava verbas ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) com base nos laudos de evolução da obra apresentados pelo engenheiro encarregado de fiscalizá-la, Gama e Silva.

Moro explicou ainda que esses laudos eram emitidos em



Bello Parga

duas vias, uma encaminhada ao presidente do TRT e outra, ao presidente da comissão de acompanhamento da obra, o juiz Nicolau dos Santos Neto, principal acusado pelo desvio. Diante da declaração do engenheiro de que determinada etapa da obra havia sido cumprida, o presidente do tribunal encaminhava requerimento de liberação de verbas ao TST. Este determinava o crédito diretamente na conta da construtora Incal.

O relator da subcomissão, senador José Jorge (PFL-PE), interveio para informar que Gama e Silva emitia "laudos fantasmas" em que certificava terem sido concluídos 98% da obra.

Subcomissão do Judiciário ouve hoje presidente do TST

A Subcomissão Permanente do Judiciário ouve hoje, a partir das 10h, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, e três ex-presidentes do órgão: José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrassani e Wagner Antônio Pimenta. Eles falarão sobre o papel do tribunal na previsão de verbas orçamentárias e na liberação de recursos para a obra do fórum trabalhista de São Paulo.

Em depoimento à subcomissão, há uma semana, o ex-diretor-geral do TST José Geraldo Lopes disse que as transferências de recursos orçamentários feitas aos tribunais regionais não estabeleciam de que forma deve ser utilizado o dinheiro. Lopes chegou a afirmar à subcomissão que o TST era "mero repassador de recursos" aos tribunais regionais. Depois do depoimento, afastou-se do cargo.

ACM diz que decisão sobre quebra de sigilo será técnica

Presidente do Senado prevê que a Mesa se reunirá para deliberar a respeito do assunto no mais tardar até o dia 12 de setembro

A decisão sobre a quebra de sigilo de pessoas investigadas pela Subcomissão do Judiciário será tomada exclusivamente com base em considerações de ordem técnica, afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

— Aquilo que estiver bem enquadrado, do ponto de vista jurídico, nós vamos permitir. É uma questão técnica, e não quero tomar uma atitude que amanhã a Justiça venha a revogar — afirmou.

O senador adiantou que, dentre as solicitações formuladas, há "algumas coisas factíveis, outras não", e informou que

deve ter os pareceres técnicos em mãos para exame até 1º de setembro. Ele disse esperar reunir a Mesa para decidir sobre o assunto "até o dia 12, com certeza".

Entre os subsídios já reunidos para justificar a tomada de decisão, figuram dois votos proferidos no Supremo Tribunal Federal pelos ministros Sepúlveda Pertence e Luiz Octavio Galotti. Por se tratar de questão assemelhada, os pareceres "podem ser adaptados às cir-



Antonio Carlos: "Aquilo que estiver bem enquadrado, nós vamos permitir"

cunstâncias da subcomissão", segundo o presidente do Senado.

Antonio Carlos não quis opinar sobre uma nova convocação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

— Não posso dizer nada. Se eu der uma opinião agora, pode parecer que estou tentando influenciar a subcomissão, que tem toda a liberdade de decisão — declarou o presidente do Senado.

Heloísa pede mais agilidade na apreciação dos requerimentos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclarecimentos sobre o destino de requerimentos de informação apresentados pelos parlamentares do Bloco Oposição que atuam junto à Subcomissão Permanente do Judiciário. A senadora indagou sobre a admissibilidade dos pedidos, que ainda não foram deferidos nem tiveram designados relatores.

Ela destacou que o acesso às informações solicitadas é imprescindível "para o bom andamento do trabalho de investigação da subcomissão", e pediu que Antonio Carlos dê maior agilidade à emissão dos pareceres.

Heloísa Helena também sugeriu a Antonio Carlos que promova uma reunião da Mesa com as lideranças para discutir a questão.

O presidente do Senado respondeu à senadora que avocou para si a responsabilidade de emitir os pareceres sobre os requerimentos apresentados pelo Bloco Oposição na Subcomissão do Judiciário, para depois submeter a questão à apreciação da Mesa. Ele acrescentou ter solicitado a análise de sua assessoria sobre a juridicidade dos pedidos, e disse, ainda, que vai aguardar os desdobramentos dos trabalhos da subcomissão, por entender que muitos dos pedidos perde-

rão sua finalidade.

Antonio Carlos disse ter adotado esse procedimento para "prestigar o excelente trabalho realizado pela subcomissão e pelo Bloco Oposição", pois, após ter lido alguns desses requerimentos, descobriu que muitos deles estão equivocados.

— Não queria me adiantar, principalmente em Plenário, ou dizer em público, mas muitos dos requerimentos são inteiramente inadequados, pois foram dirigidos a pessoas erradas. Foi uma distração da oposição e quero que ela entre no caminho certo. Não quero que a oposição só tenha indeferimentos — declarou o senador.

Senadora cobra informações do BC

A senadora Heloísa Helena cobrou novamente do Banco Central que disponibilize o mais rápido possível as informações referentes às operações bancárias relacionadas com os recursos liberados para a obra do fórum trabalhista de São Paulo. Ela explicou que a cada novo depoimento prestado na Subcomissão Permanente do Judiciário fica mais evidente a necessidade dessas informações para que as investigações possam ser aprofundadas.

Depois de ouvir depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo José Victório Moro, de que no primeiro ano de sua administração à frente do TRT-SP não houve liberação de recursos, o que só veio a acontecer no ano seguinte, em 1993, Heloísa Helena destacou que neste ano o ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso e o seu chefe de gabinete era Eduardo Jorge Caldas. Diante dessa informação, a

senadora por Alagoas perguntou a José Victório Moro se na época em que ele presidiu o TRT-SP ouvia algum comentário sobre uma possível intermediação de recursos para a obra do tribunal por Eduardo Jorge Caldas. O magistrado respondeu que não ouviu qualquer comentário a esse respeito e que não acreditava que um chefe de gabinete de um ministério tivesse poder para interferir na liberação de verbas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. José Fogaça e o representante da Associação Brasileira de Provedores de Acesso à Internet, Eustáquio Ferreira Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet
7h30 — *Entrevista* — Sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a criação de novos estados e territórios
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Trama no olhar — Janelas para ver
9h — *Cores do Brasil* — Sergipe
9h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala sobre o gasoduto Brasil-Argentina
10h — Subcomissão do Judiciário (vivo)
13h30 — *Debate* — Sen. José Fogaça e o representante da Associação Brasileira de Provedores de Acesso à Internet, Eustáquio Ferreira Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão da medida provisória do Finor (gravado)
19h30 — *Debate* — Sen. José Fogaça e o representante da Associação Brasileira de Provedores de Acesso à Internet, Eustáquio Ferreira Santos, falam sobre o acesso grátis à Internet

20h30 — *Entrevista* — Sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a criação de novos estados e territórios
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Subcomissão do Judiciário
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Proposta sobre endividamento público terá emenda de Souto

Estados que gastam com pessoal parcela menor de sua arrecadação apresentam maior capacidade de endividamento, observa o senador

Ao analisar a proposta do governo sobre endividamento global da União, estados e municípios, o senador Paulo Souto (PFL-BA) afirmou que as mesmas regras rígidas sobre limite de endividamento não podem ser aplicadas aos estados que estão com suas contas em ordem e àqueles em desequilíbrio fiscal. Para ele, o estado que compromete menos de 50% de sua arrecadação com pessoal e custeio tem maior capacidade de endividamento do que aquele que gasta 70% ou 80% com essas despesas.

A proposta do governo estabelece, explicou o senador, que o montante da dívida de qualquer um dos estados não pode ser maior do que duas vezes sua receita anual líquida. No entanto, a proposta prevê que a União pode ter um montante 3,5 vezes maior do que sua arrecadação. Durante a discussão da proposta no Senado, Souto pretende apresentar uma emenda



Souto: estados com contas em ordem e em desequilíbrio não podem ter o mesmo tratamento

dando um limite maior para endividamento aos estados que estiverem bem abaixo dos parâmetros exigidos pela Lei Camata.

A proposta do governo é uma consequência da Lei de Responsabilidade Fiscal e pretende limitar o endividamento público, depois que houve a federalização das dívidas dos estados e municípios. Além de estabelecer um limite

para o endividamento, a proposta proíbe que estados e municípios comprometam mais que 11% de sua arrecadação anual com pagamento de dívida.

Para Souto, essas regras são rígidas demais para estados que gastam com custeio e pessoal apenas 40% ou 50% de sua arrecadação. “Os estados que têm suas despesas bem controladas deveriam ter maior margem para seu endividamento do que aqueles que gastam 70% ou 80% de sua arrecadação com sua folha salarial”, disse.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou as exigências de amortização das dívidas consolidadas de Rondônia, argumentando que, em consequência da irresponsabilidade de governos anteriores, o atual governador, José Bianco, não consegue fazer o estado progredir, em face do comprometimento de 18% da sua arrecadação anual com pagamento de dívidas.

Loyola defende unificação de polícias contra violência

Uma polícia única e o engajamento da comunidade. Esses são os requisitos que o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) aponta como essenciais para o Brasil resolver seus problemas de segurança pública e reduzir os índices de violência. “O culpado é o sistema, cujo modelo não funciona. E a comunidade tem que participar, a polícia não pode agir sozinha”, afirmou o parlamentar.

Loyola citou o sistema de segurança alemão como exemplo de modelo policial eficiente num país com baixo índice de violência. E afirmou que a principal característica desse sistema é ser unificado – “a polícia que controla o rio é a mesma que controla o aeroporto, que controla o crime, que cuida do passaporte, que cuida do trânsito rodoviário”, exemplificou. O senador sugere uma gestão única para o aparato policial.

– É polícia militar, civil, ambiental, de trânsito federal, estadu-

al e municipal, e tudo separado. Ninguém se entende. Falta uma gestão centrada, organizada e que não aja nesse jogo de empurrar-empurra – disse.

No modelo proposto por Loyola cada divisão cuida de um assunto específico. “Há setor de passaporte, setor de crimes, laboratório técnico, mas qualquer setor atua no momento do crime instantaneamente. Enquanto no Brasil, o caso tem que ser levado para praticamente um fórum, que é o registro no órgão público, na Alemanha faz-se apenas uma ocorrência rápida. Anota e está valendo.”

Ele considera a desorganização da segurança pública uma das causas do aumento da violência no Brasil, mas julga igualmente preocupante o baixo envolvimento da comunidade, sem o qual entende que o problema não tem solução. Como exemplo da eficácia que se consegue com a participação da população, contou que, em Joinville, uma



Henrique Loyola acha também que o envolvimento da comunidade é fundamental

viatura e um policial numa associação de moradores foram capazes de reduzir drasticamente o índice de roubos, porque as pessoas passaram a informar quais eram os suspeitos dos delitos.

– Há uma diferença entre dar informação numa delegacia, tendo que assinar a denúncia, e falar com o presidente da associação de moradores. Falando com o órgão comunitário, a solução aparece sem que a pessoa se envolva – explicou. Henrique Loyola também disse que não se pode culpar o policial pela falta de segurança pública.

Marina quer dar à população direito de fiscalizar gastos

Um projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que amplia o acesso do cidadão às informações sobre finanças públicas está atualmente à espera da análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo da proposta é dar mais condições à população para fiscalizar a aplicação dos



Marina Silva deseja maior participação da sociedade civil organizada

recursos públicos, com o acompanhamento do uso das verbas pela União, estados e municípios. De acordo com a senadora, a aprovação de seu projeto permitirá que qualquer cidadão possa apresentar denúncias à Justiça contra o mau uso do dinheiro público.

O projeto assegura ainda uma participação maior da sociedade civil or-

ganizada no acompanhamento, avaliação e até na consulta prévia para implementação de programas, projetos e atividades governamentais. Para estimular essa participação, o poder público deverá facilitar o acesso aos sistemas informatizados da União, relativos à administração financeira e orçamentária, assim como a outras áreas relevantes ao controle social. O projeto prevê ainda que 20% dos recursos atualmente destinados à publicidade sejam direcionados para a realização de campanhas de caráter educativo, visando ampliar e aperfeiçoar a participação popular no planejamento, fiscalização e avaliação das ações públicas.

ganizada no acompanhamento, avaliação e até na consulta prévia para implementação de programas, projetos e atividades governamentais. Para estimular essa participação, o poder público deverá facilitar o acesso aos sistemas informatizados da União, relativos à administração financeira e orçamentária, assim como a outras áreas relevantes ao controle social. O projeto prevê ainda que 20% dos recursos atualmente destinados à publicidade sejam direcionados para a realização de campanhas de caráter educativo, visando ampliar e aperfeiçoar a participação popular no planejamento, fiscalização e avaliação das ações públicas.

Alberto Silva propõe ações para aumentar a produção de grãos

Em entrevista à TV Senado, o senador Alberto Silva (PMDB-PI), que já foi governador do Piauí e presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), defendeu a revitalização da agricultura no país e apresentou um projeto para aumentar a produção de grãos. Ouvido pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, Alberto Silva disse que a solução está em se estabelecer um programa de desenvolvimento agrícola que alcance, em conjunto, tanto os grandes quanto os pequenos produtores, obedecendo sempre à vocação de cada região.

– Podemos aumentar a produção de grãos do país de 80 milhões para 120 milhões de toneladas anuais. O Brasil pode e precisa aumentar sua produção em 10 milhões de toneladas por ano. Alimentaríamos a população e o excedente seria exportado – afirmou o senador, para quem o combate à fome e à miséria deve ser prioridade do governo. Segundo ele, o incremento na agricultura dependeria apenas de vontade política e investimento.

De acordo com Alberto Silva, a partir do momento em que se estabeleça o mercado para os



Alberto Silva afirma que o combate à fome e à miséria deve ser prioridade do governo

grãos a serem produzidos, os recursos para o investimento poderão ser facilmente disponibilizados. Em sua proposta de desenvolvimento agrícola, ele admite a necessidade de se implementar a reforma agrária.

– Com apenas dez hectares distribuídos para cada família de sem-terra, seriam beneficiadas cem mil famílias por ano. Com uma renda familiar de, no mínimo, R\$ 800, essas pessoas finalmente seriam tiradas da miséria e da fome. Em quatro anos, 400 mil famílias seriam atingidas pelo programa agrícola. No total, cerca de 1,6 milhão de cidadãos – avaliou Alberto Silva, dizendo ainda que o governo federal deveria estabelecer o tipo de cultura a ser produzido em cada ano.